



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 01-08-2023.

Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às dez horas e doze minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (extraordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Psicóloga Tanise Sabino a Indicação nº 061/23 (Processo nº 0700/23), à vereadora Cláudia Araújo o Projeto de Lei do Legislativo nº 174/23 (Processo nº 0342/23) e à vereadora Lourdes Sprenger o Projeto de Lei do Legislativo nº 089/23 (Processo nº 0186/23). Acrescenta-se, ainda, que foram lidos, discutidos e APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, os seguintes pareceres: no dia cinco de julho do corrente, o Parecer nº 058/23 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/22 – Processo nº 0623/22), de autoria da vereadora Mônica Leal, e o Parecer nº 059/23 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/22 – Processo nº 0588/22), de autoria do vereador Aldacir Oliboni; no dia dez de julho do corrente, o Parecer nº 060/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 147/23 – Processo nº 0298/23), de autoria da vereadora Lourdes Sprenger, e, no dia onze de julho do corrente, o Parecer nº 061/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 105/23 – Processo nº 0227/23) e o Parecer nº 062/23 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/23 – Processo nº 0619/22), ambos de autoria da vereadora Mônica Leal. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater “a desburocratização das contratualizadas da área da saúde de Porto Alegre e as especificidades dos contratos” e, de imediato, destacou as seguintes presenças: Vânia Maria Frantz, diretora de Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Porto Alegre (SMS); Waldir José Bohn Gass, conselheiro do Conselho Municipal de Saúde (CMS); Isadora Grumbt Najjar, procuradora da Procuradoria-Geral do Município (PGM) e Alberto Terres, conselheiro do Conselho Municipal de Saúde (CMS). A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, apresentou a pauta, comentando a importância da qualidade do atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e do debate sobre o regime de contratualização e sua capacidade de reduzir filas de espera por atendimento, em especial no que diz respeito ao atendimento em especialidades médicas. Também salientou haver demora reposição dos profissionais que se exoneram ou se demitem e perguntou se os salários oferecidos estão atraentes o suficiente. Em prosseguimento, passou a palavra ao vereador Aldacir Oliboni, que chamou atenção para o fato de que grande parte da rede de atenção básica à saúde atualmente é terceirizada, mas também caracterizada pela falta de médicos e demais profissionais da saúde e demora para a reposição de profissionais. Finalizando, questionou se o programa Mais Médicos tem auxiliado no processo de reposição desses profissionais. Após, a vereadora Psicóloga Tanise Sabino reconheceu a importância da

pauta, que permite discutir os gargalos no atendimento da rede de atenção básica à saúde, em especial a falta de médicos. Dando continuidade, a vereadora Cláudia Araújo também defendeu a relevância da discussão, informando ter recebido reclamações de falta de médicos em UBS logo antes de entrar na reunião. Em prosseguimento, a vereadora Mônica Leal manifestou preocupação com a precarização acarretada pela terceirização da rede de saúde. Comentou que a perspectiva de aumento da quantidade de UBSs em regime de contratualização representa um risco de piora do problema. A seguir, a senhora Vânia Maria Frantz relatou atualmente há pontos focais de falta de profissionais de saúde, destacando o problema de celeridade no processo de reposição deles. Comunicou que há estratégias sendo implementadas para a cobertura temporária dos profissionais que saem da rede e informou haver prazo de até trinta dias para a reposição de profissionais por parte das contratadas, observando que esse prazo costuma ser respeitado. Comunicou que foram efetuados chamamentos por meio dos programas Mais Médicos e Médicos pelo Brasil. Explicou que, em algumas regiões do município, há dificuldade de fixação de profissionais. Afirmou que a SMS trabalha com o conceito de acolhimento, argumentando que mandar os pacientes embora não a regra de atuação da rede de saúde. Relatou que a rede de atenção primária à saúde passou por um processo necessário de expansão em anos recentes, chegando a oitenta e seis por cento de cobertura em relação à população, uma das maiores taxas entre as capitais do país, ainda mais considerando que quarenta por cento da população possui acesso à rede de saúde suplementar. Diante desse contexto, afirmou que a estratégia atual da SMS é de qualificação da rede, sendo uma ação nesse sentido a retomada das reuniões de equipe nas UBSs, que inclui a interrupção do atendimento por duas horas, mas acarreta a melhoria do serviço no restante da semana. Afirmou que, apesar da contratualização de diferentes parceiros para a prestação de serviços na rede de atenção primária à saúde, a gestão em saúde é única no município e suas diretrizes precisam ser respeitadas em toda a rede. Informou que a rotatividade de profissionais no âmbito do serviço contratualizado está sendo reduzida e que um escopo da atual administração é a qualificação e capacitação desses profissionais. Por fim, assegurou que a reposição de profissionais não é um obstáculo encontrado apenas na rede parceirizada, mas também na rede própria, como está sendo atualmente o caso com o Ambulatório Trans. A seguir, o senhor Waldir José Bohn Gass opinou que o problema é mais complexo do que apenas a agilidade na reposição de profissionais. Comentou a redução da oferta de serviços durante a pandemia, período de necessidades ampliadas na área da saúde. Defendeu esforços na área de prevenção e afirmou que o regime de contratualização apenas representa avanços por causa da violenta precarização ocorrida anteriormente. Declarou que a contratualização não está garantindo um serviço mais barato, como havia sido prometido. Nesse sentido, defendeu o fortalecimento das carreiras públicas dos profissionais de saúde. Elogiou a participação do atual secretário de Saúde nas reuniões do CMS, o que não ocorreu durante a gestão do secretário anterior. Criticou o fato de sessenta por cento dos atendimentos realizados no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (Pacs) ser voltado a casos que poderiam ser tratados na rede de atenção básica, caso esta estivesse preparada. Por fim, argumentou que a rede de atenção primária deve ser fortalecida, pois outras crises como a pandemia de covid-19 ou temporadas de aumento de casos de dengue ocorrerão novamente. Após, o vereador José Freitas lamentou a ausência das instituições contratualizadas na reunião, questionou se há previsão de realização de mutirões para redução das filas de atendimento e pediu informações sobre a execução de emendas parlamentares. Dando continuidade, a senhora Isadora Grumbt Najjar relatou que o esforço atual da PGM visa compatibilizar as exigências burocráticas de contratações públicas com a realidade do mercado de profissionais de saúde, em especial os médicos. Afirmou que o fator limitante não é a verba, mas a incompatibilidade entre as duas realidades, destacando que o mercado privado é mais atraente para esses profissionais e que há esforços para equacionar esse problema por parte da Administração Municipal. Em prosseguimento, o vereador Aldacir Oliboni criticou a precarização causada pela terceirização, iniciada no governo municipal anterior e mantida no governo atual. Sugeriu alterações contratuais com a rede parceirizada para redução do prazo máximo de trinta dias para reposição de profissionais, bem como previsão de encaminhamento dos pacientes que não recebem atendimento para a UBS mais próxima. Por fim, questionou qual é o tempo

de espera para atendimento em especialidade médica, observando que essa é uma das queixas mais recebidas da população. A seguir, a vereadora Cláudia Araújo reiterou preocupação com a demora para atendimento por médicos especialistas e com o desrespeito ao prazo legal para início do tratamento oncológico, previsto para até sessenta dias após o diagnóstico. Após, o senhor Alberto Terres defendeu a avaliação criteriosa das justificativas apresentadas na reunião para os problemas da rede de atenção básica. Relembrou o intenso debate sobre a criação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf) no início da década passada, o qual foi defendido na época como forma de agilizar as contratações de profissionais de saúde, mas que atualmente pode constatar-se que não surtiu os efeitos propagandeados. Afirmou que o discurso utilizado na época o mesmo utilizado agora, mesmo diante dos problemas para reposição de profissionais. Defendeu a análise técnica, com base em dados e parâmetros, do cumprimento dos contratos pelas instituições parceiras, questionando se estão sendo devidamente cumpridos, qual valor é destinado para essa rede parceira e se está garantido o atendimento à população. Por fim, destacou que é geral a queixa sobre falta de atendimento nas UBSs. A seguir, a senhora Vânia Maria Frantz afirmou, quanto à fiscalização do serviço prestado pela rede parcerizada, que há comissões de monitoramento dos termos de parceria. Quanto ao atendimento em especialidades médicas, informou que a imensa maioria é oferecida pela rede contratualizada, mas destacou que há estratégias de redução de encaminhamento para atendimento por especialista em diversos casos em que é desnecessário. Quanto ao alto nível de atendimento de casos de baixa complexidade em pontos de média e alta complexidade da rede de saúde, afirmou que é uma questão complexa e multivariada. Nesse sentido, comentou o exemplo de pessoas que perdem acesso à rede suplementar de saúde e que costumam evitar recorrer a UBSs, muitas vezes por preconceito e desconhecimento do funcionamento da rede. Afirmou, ainda, que esta é uma questão histórica, que existe desde a criação de emergências. Quanto aos mutirões, comunicou que não adianta remover as pessoas da fila de atendimento sem dar resolutividade às demandas. Mesmo assim, relatou haver dois mutirões em andamento atualmente, voltados para a realização de cirurgias e atendimento oncológico, informando, neste caso, que há dificuldade de respeitar o prazo de início do tratamento em até sessenta dias após o diagnóstico em alguns casos. Quanto às queixas de falta de atendimento, disse estar relacionada há um aumento da demanda decorrente da falta de prevenção durante a pandemia de covid-19 e do aumento da demanda por atendimento em saúde mental. Apontou que as dificuldades experienciadas na rede básica de saúde não são causadas pela contratualização. Observou que atualmente há dificuldade na compra de determinadas medicações por questões relacionadas ao mercado, mas que há esforços junto ao governo do estado para evitar a falta desses produtos. Quanto à execução de emendas parlamentares, afirmou que há falta de recursos humanos de engenharia na SMS, mas que já se buscou apoio da Secretaria Municipal de Obras e de Infraestrutura. A seguir, o senhor Waldir José Bohn Gass reconheceu a importância do debate sobre financiamento e chamou atenção para a relevância do controle social. Dando continuidade, a vereadora Mônica Leal criticou a ausência de formação de vínculos entre os profissionais do regime de contratualização e a população, de forma oposta ao que ocorre em relação aos profissionais da rede própria de atendimento da SMS. Sugeriu ser pertinente a revisão das contratualizações que não apresentam bons resultados, de acordo com informações recebidas. Em prosseguimento, a senhora Vânia Maria Frantz solicitou o encaminhamento das informações comentadas pela vereadora Mônica Leal a fim de proceder a verificação da situação. Após, a vereadora Cláudia Araújo afirmou que a falta de financiamento de SUS é um problema que não tem como ser resolvido a nível municipal, cabendo ao governo federal esse debate. Criticou que a distribuição de fraldas esteja sob os cuidados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e não da SMS. Solicitou que seja realizada nova reunião sobre o presente tema. A seguir, o vereador Aldacir Oliboni defendeu que o assunto seja rediscutido na Comissão em até três meses, que seja reduzido o prazo máximo para reposição de profissionais por parte das contratadas e que seja efetuada visita à UPA Lomba do Pinheiro, afirmando, neste caso, que a empresa responsável pela administração da UPA não está cumprindo o contrato. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: a) envio de Pedido de

Informação sobre contratualização na atenção básica à saúde a fim de obter detalhes sobre cada contrato individualmente, bem como informações sobre seu cumprimento, e b) envio de Pedido de Informação sobre falta de profissionais em cada equipe da rede de atenção básica à saúde. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 04/08/2023, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0594430** e o código CRC **BE3A8130**.